



ILUSTRÍSSIMO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS .

Pregão Eletrônico N° 90005/2024
Processo nº 08230.002928/2024-11
UASG 200358

Assunto: Recurso Administrativo contra a Habilitação da Empresa ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA

Recorrente: N. PRIME CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 06.178.121/0001-04

Ilustríssimos Senhores,

A empresa N. Prime Construtora LTDA, participante do Pregão Eletrônico N° 90005/2024, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a habilitação da empresa **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, inscrita no CNPJ 05.665.521/0001-81, pelos motivos que passa a expor.

I – DOS FATOS

1. Objeto da Licitação: O objeto da licitação em questão trata da contratação de serviços de recepção, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital da Licitação e seus anexos.

2. Habilitação da Recorrida: A empresa ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA foi habilitada no referido certame.

II – DAS IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS

A empresa recorrente, após análise da proposta da empresa habilitada, identificou as seguintes irregularidades que comprometem a isonomia e a lisura do certame:

N. PRIME CONSTRUTORA LTDA

Rua. Uruguai, nº 252, Promissão - Paragominas/PA, CEP: 68625-590, Fone: (91) 3729 – 6444 / 9 8624 - 0201
CNPJ nº 06.178.121/0001-04, Insc.Municipal nº 41437 e Insc. Estadual nº 15.237.098-6 E-mail:
licitacao@nprimeservicos.com.br



PRIME SERVIÇOS

1. Valores Irreais de Aviso Prévio Indenizado e Trabalhado

A empresa ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA apresentou no **Módulo 3 – Provisão para Rescisão**, um valor de **0,11%** para o aviso prévio indenizado e **0,54%** para o aviso prévio trabalhado. Esses valores são claramente irrisórios e incompatíveis com a realidade do mercado, sem justificativa plausível, o que compromete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e fere o princípio da economicidade, conforme estabelecido no **art. 70 da Constituição Federal**. Como mostra a imagem a seguir.

Módulo 3 – Provisão para Revisão da licitante ASSERT.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado (0,11%)	1,91
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (0,04%)	0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (3,44%)	59,62
D	Aviso Prévio Trabalhado (0,54%)	9,36
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,19%)	3,29
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,062%)	1,07
Total (6,65%)		75,94

Além disso, de acordo com o **art. 487, § 1º da CLT**, combinado com o **art. 7º, XXI da CF/88**, o Aviso Prévio Indenizado (API) deveria corresponder a **0,46%**. O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do **Acórdão 1904/2007 - Plenário**, recomenda, com base em estudos do Supremo Tribunal Federal (STF), a utilização do percentual estatístico de **5,55%** referente a empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio. A memória de cálculo que sustenta esse percentual é: $[(1/12) \times 0,0555 \times 100] = 0,46\%$.

Em relação ao **Aviso Prévio Trabalhado (APT)**, conforme o mesmo **Acórdão TCU 1904/2007**, o percentual correto deveria ser de **1,94%**, calculado da seguinte forma: $[(1 \text{ salário integral} / 30 \text{ dias}) \times 7 \text{ dias}] / 12 \text{ meses} = 1,94\%$.

- A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 5º, inciso IV**, exige a observância da "economicidade", o que claramente não foi cumprido pela empresa habilitada, visto que os valores apresentados para o aviso prévio estão abaixo da média praticada no mercado, gerando uma proposta inexecutável.

Os percentuais provisionados pelo órgão foram estabelecidos em estrita conformidade com as recomendações previstas na legislação vigente e nos acórdãos pertinentes.



PRIME SERVIÇOS

Conforme demonstrado na segunda imagem, esses valores foram cuidadosamente calculados para refletir fielmente as diretrizes legais e as decisões emanadas de acórdãos relevantes.

Módulo 3 – Provisão para Revisão no anexo 11.11.4. ANEXO IV - Planilhas de Custos e Formação de Preços (formado.pdf) do Edital

Módulo 3 - Provisão para Rescisão		
3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado (0,46%)	7,97
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (0,04%)	0,69
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado (3,44%)	59,62
D	Aviso Prévio Trabalhado (1,94%)	33,62
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,71%)	12,30
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado (0,062%)	1,07
Total (6,65%)		115,28

Portanto, a empresa não seguiu as orientações e normativas estabelecidas, o que reforça a inconsistência dos valores apresentados, comprometendo ainda mais a conformidade e economicidade do contrato.

2. Média Irreal de Dias Úteis para Vale-Alimentação e Vale-Transporte:

- A empresa cotou uma média de **20,67 dias úteis** para o cálculo do vale-alimentação e vale-transporte como lustrado a seguir, o que demonstra inconsistência na composição dos custos. Essa média não reflete a realidade do calendário mensal de dias úteis, o que compromete o princípio da isonomia do certame, previsto no **art. 5º da Constituição Federal**, que determina que "todos são iguais perante a lei", e na **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 5º, inciso III**, que preconiza o princípio da isonomia nas licitações.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários provisionados pela licitante ASSERT.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	$=(20,67*4*2)-(D27*6\%)$
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	$=20,67*25*80\%$
C	Benefício Social do Obreiro (Cláusula 11, CCT/2023)	11,00
D	Outros (especificar)	
Total		0,00
		11,00

Mesmo com a contratante fornecendo a quantidade correta de dias para os provisionamentos de V.A e V.T como consta na imagem a seguir, a licitante preferiu permanecer incorreta.

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários no anexo 11.11.4. ANEXO IV - Planilhas de Custos e Formação de Preços (formato.pdf) do Edital

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	$=(44*4)-(D27*6\%)$
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	$=22*25*80\%$
C	Benefício Social do Obreiro (Cláusula 11, CCT/2023)	11,00
D	Outros (especificar)	
Total		0,00 11,00

A – Vale Transporte (VT). Em Maceió/AL = R\$ 4,00, conforme Decreto nº 9449/2023 – PMM. Dedução Legal de 6% do salário-base (SB), conforme art. 4º. Parágrafo único, da Lei 7.418/85. Memória de Cálculo - VT = $[(22 \times 2 \times R\$ 4,00) - (SB \times 6\%)]$

B – Auxílio-Refeição (AR). R\$ 25,00, conforme Cláusula Nona da CCT. Custeio de 20% pelo empregado, conforme Parágrafo Terceiro da Cláusula Nona da CCT. Memória de Cálculo – AR = $(R\$ 24,00 \times 22) \times 80\%$;

C - Conforme Cláusula 11 da CCT/2023.

- Além disso, o **art. 63 da Lei nº 14.133/2021** estabelece que "o julgamento das propostas será realizado de acordo com os critérios estabelecidos no edital, levando em consideração a compatibilidade com os preços de mercado". A média de dias úteis apresentada pela recorrida compromete a correta avaliação do custo-benefício, resultando em uma vantagem indevida.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, a empresa recorrente requer:

1. **O acolhimento do presente recurso administrativo** para fins de reanálise da habilitação da empresa ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA, considerando as inconsistências apresentadas;

2. **A desclassificação da proposta da referida empresa**, visto que os valores apresentados não atendem às exigências legais e ao princípio da isonomia que rege as licitações públicas;



3. **A reabertura da fase de habilitação** para que se proceda à correta verificação das propostas apresentadas pelos licitantes, de forma a garantir a lisura e transparência do certame, conforme o estabelecido no **art. 60 da Lei nº 14.133/2021**.

IV – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, requer-se a imediata manifestação desta Douta Comissão quanto ao presente recurso, com a reforma da decisão que habilitou a empresa **ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, assegurando-se, assim, o estrito cumprimento das disposições legais e editalícias aplicáveis ao caso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Paragominas, 09 de agosto de 2024.

N. PRIME CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 06.178.121/0001-04
Irlei Leandro Oliveira Horas
CPF: 688.414.262-68
TITULAR